

Evento: Reunião de Análise Estratégica do TRF 5

Data: 28.05.2013 **Horário:** de 16h30 às 19h **Local:** TRF5

Relator: Geraldo Alves / Rosilene Diniz

Participantes:

Nome/Cargo	E-mail	Telefone
João do Carmo Botelho Falcão – Diretor-Geral	dg@trf5.jus.br	(81) 3425-9282
Telma Roberta Vasconcelos Motta – Diretora da Secretaria Judiciária.	trmotta@trf5.jus.br	(81) 3425-9500
Sorária Maria Rodrigues Sotero Caio – Diretora da Secretaria Administrativa	soraria@trf5.jus.br	(81) 3425-9310
Fernanda Marques Montenegro – Diretora da Subsecretaria de Tecnologia da Informação	fmmontenegro@trf5.jus.br	(81) 3425-9318
Isabelle de Almeida Câmara – Diretora da Divisão de Comunicação Social	iacamara@trf5.jus.br	(81) 3425-9018
Luiz Carlos Targino Dantas – Diretor da Divisão de Desenvolvimento Institucional (DDI)	gestaoestrategica@trf5.jus.br	(81) 3425-9286
Geraldo Alves da Silva Júnior – Diretor do Núcleo de Planejamento Estratégico (DDI)		(81) 3425-9287
Marcos José Claudino do Rego – Diretor do Núcleo de Planejamento e Informações Gerenciais (DDI)		(81) 3425-9171
Rosilene Maria de Moura Braz Diniz – Supervisora da Seção de Organização e Normatização (DDI)		(81) 3425-9261

Pauta/Síntese da Reunião:

1. Introdução

O Diretor-Geral informou aos presentes os assuntos apreciados na Sessão Ordinária do Conselho da Justiça Federal ocorrida no dia 27 de maio de 2013.

Luiz Targino informou sobre a reunião presencial do comitê gestor no CJF, que será realizada no dia 03/06/2013, ocasião em que serão apresentados os resultados das análises gerenciais do PEJF.

Luiz Targino, continuou, realizando uma breve explanação sobre a revisão do PEJF ocorrida em 2012, aprovada pela Resolução nº 194/2012, do CJF, em que houve a unificação dos PE Regionais e do Conselho da Justiça Federal, sendo elaborado um Painel Estratégico único para toda Justiça Federal. Tal unificação foi motivada pela dificuldade de se executar a estratégia; Foi apresentado o mapa estratégico único da JF.

2. Relatório de Análise Gerencial da Estratégia – Visão geral dos desempenhos: Indicadores (5ª Região).

Luiz Targino realizou a apresentação geral do mapa estratégico com os faróis dos indicadores

por objetivo estratégico. Explanou sobre a legenda dos faróis e informou que a 5ª Região possui apenas um indicador vermelho (desempenho de até 70%). Esclareceu, ainda, que entendia necessário ajustar as metas dos indicadores dos anos seguintes, cujos desempenhos obtidos em 2012 resultassem acima de 100% e que também se apresentassem mais satisfatórios que as metas estabelecidas para os exercícios de 2013 ou 2014, em conformidade com a metodologia de Planejamento e Gestão da Estratégia da Justiça Federal.

Segundo Luiz Targino, os resultados dos índices mostram que a JF5 está com desempenho satisfatório, principalmente quando comparado com as outras Regiões, apontando para uma contribuição significativa no alcance da estratégia.

3. Caminho Crítico

Luiz Targino apresentou os slides dos indicadores que estão no caminho crítico. Salientou que para o ano de 2012 somente foi possível apresentar os resultados dos indicadores 10 e 11 por Seção Judiciária, sendo que em relação a 2013 serão apresentados os índices relativos ao 1º Grau, Juizados Especiais e Turmas Recursais de forma analítica.

4. Indicador 10 - Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º Grau – Meta: 56% - Realizado: 43,3%.

Com base nos dados constantes do Relatório de Análise Gerencial da Estratégia, Luiz realizou as seguintes apresentações:

- Desempenhos das Regiões e por Seção Judiciária da JF5;
- Metas da resolução nº. 194 – CJF;
- Ajuste das metas definidas pela Corregedoria-Regional (2013 – 40% e 2014 – 37%);

O DG sugeriu que a discussão para a definição de uma taxa mínima de congestionamento seja levada ao CJF e ao CNJ.

Telma manifestou a opinião no sentido de que índices abaixo de 30%, para taxa de congestionamento, são praticamente impossíveis de se alcançar. Além disso, concordou com o entendimento de que a meta do indicador deva ser ajustada.

Luiz falou que levará ao CJF a proposta de ajuste da meta definida pela Corregedoria.

5. Indicador 11 - Taxa de processos no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano – Meta 10% a mais que os distribuídos – Realizado: 98%.

Luiz apresentou os gráficos dos desempenhos das Regiões e por Seção Judiciária da JF5. Constatou-se que o desempenho da 5ª Região só ficou abaixo da performance da 3ª Região.

6. Indicador 12 - Taxa de processos antigos julgados no 1º Grau – Meta 50% - Realizado: 65,7%.

Luiz apresentou os gráficos dos desempenhos das Regiões.

7. Indicador 13 - Taxa de congestionamento do 2º Grau – Meta: 69,5% - Realizado: 65,3%

Com base nos dados constantes do Relatório de Análise Gerencial da Estratégia, Luiz realizou as seguintes apresentações:

- Desempenhos das Regiões.

- Metas da resolução nº. 194 – CJF;
- Ajuste das metas propostas pela Secretaria Judiciária (2013 – 45% e 2014 – 38%);

Segundo Telma, o grande vilão desta taxa está na Subsecretaria de Recursos, pois os processos incluídos na repercussão geral e os recursos repetitivos, que obrigatoriamente dependem da atuação de órgãos superiores, entram na base de cálculo do indicador. Desta forma, será fundamental que se faça gestão junto ao CJF e CNJ para que tais processos sejam excluídos da taxa de congestionamento.

O Diretor-Geral concordou e determinou que tal proposta fosse levada aos Conselhos, inclusive como ideia a ser submetida à apreciação do Comitê Gestor na reunião do dia 00/06/2013.

8. Indicador 14 - Taxa de processos de conhecimento no 2º Grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano – Meta: 10% a mais que os distribuídos (refere-se à meta 1 / 2012 do CNJ) - Realizado: 128,4%

Luiz apresentou os gráficos dos desempenhos das Regiões, constatando que o resultado do TRF5 é o mais satisfatório de todos os Tribunais.

Telma afirmou que vai chegar uma hora que não será possível julgar 10% a mais que os distribuídos, pois os gabinetes estão reduzindo drasticamente os seus estoques de processos antigos. Afirmou, ainda, que o mesmo deve ocorrer com a meta para a designação de audiências que tem relação direta com o julgamento de processos.

9. Indicador 15 - Taxa de processos antigos julgados no 2º grau - Meta: 50% - Realizado: 100%

Luiz apresentou os gráficos dos desempenhos das Regiões.

Telma sugeriu que fosse elaborada uma série histórica dos dados antigos (dos indicadores).

10. Indicador 16 - Taxa de congestionamento do JEF - Meta: 35% - Realizado: 25,3%

Com base nos dados constantes do Relatório de Análise Gerencial da Estratégia, Luiz realizou as seguintes apresentações:

- Desempenhos das Regiões;
- Metas da resolução nº. 194 – CJF;
- Ajuste das metas propostas pela Coordenação dos JEFs (2013 – 23% e 2014 – 20%).

Constatou-se que a JF5 tem a melhor taxa de congestionamento na fase de conhecimento dos JEFs da JF.

O grupo discutiu se ainda seria possível diminuir a taxa de congestionamento alcançada, pois, provavelmente, ela já se encontra no limite mínimo da capacidade processante dos JEFs da JF5. Levantou-se que talvez ainda seja possível propor meta mais ousada, caso seja possível se fazer a coleta do indicador por Varas.

Luiz propôs ao Comitê Institucional bastante cautela para definição de tais metas, antes de levá-las ao Comitê Gestor do PEJF. No entanto, expôs o entendimento de que as metas deverão ser revistas, uma vez que a meta de 2014 já foi superada em 2012.

Telma sugeriu a ideia de envolver os magistrados que atuam nos Juizados Especiais, para se definir as metas de 2013 e 2014, relacionadas a este indicador, de forma mais técnica e menos intuitiva. Disse ainda que seria interessante que houvesse uma ferramenta que pudesse realizar os cálculos adequados em tempo real.

Todos os presentes reconheceram a necessidade de formular uma metodologia que contemplasse a oitiva conjunta de todos os escalões no processo de definição das metas. Sorária sugeriu que talvez isso possa ser levado ao encontro dos juízes (colocar tal assunto na pauta – ajuste/definição das metas).

11. Indicador 17 – Taxa de processos no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano - Meta: 10% a mais que os distribuídos - Realizado: 103,1%

Luiz apresentou os gráficos dos desempenhos das Regiões.

12. Indicador 18 – Taxa de Processos antigos julgados no JEF - Meta: 50% - Realizado: 99,7%

Luiz apresentou os gráficos dos desempenhos das Regiões.

13. Indicador 19 – Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos - Meta: 100% - Realizado: 96,9%.

Luiz apresentou os gráficos dos desempenhos das Regiões.

Telma destacou o desempenho da 5ª Região (96,9%), que só ficou abaixo da 4ª Região (97,7%) por menos de 01 (um) ponto percentual.

O Comitê Institucional do Tribunal Regional Federal da 5ª Região deliberou em propor ao Comitê Gestor do PEJF o ajuste da meta do indicador 19, visando exprimir o grau de cumprimento da meta 4/2010, acompanhada pelo CNJ, cujo critério considera que as instâncias colegiadas devem publicar pelo menos 90% dos acórdãos, em até dez (10) dias úteis após a sessão de julgamento.

14. Indicador 20 – Taxa de Congestionamento na turma recursal - Meta: 67% - Realizado: 62,4%

Com base nos dados constantes do Relatório de Análise Gerencial da Estratégia, Luiz realizou as seguintes apresentações:

- Desempenhos das Regiões;
- Metas da resolução nº. 194 – CJF;
- Ajuste das metas propostas pela Coordenação dos JEFs (2013 – 60% e 2014 – 57%).

Luiz informou que existe proposta em estudo no Comitê Técnico, no sentido de deslocar este indicador e mais os indicadores 21, 22 e 23 do objetivo estratégico “Aprimorar a Estrutura e o Funcionamento das TRs”, para o “Agilizar Trâmites Judiciais”.

Constatou-se que o TRF5 teve um bom desempenho no ano de 2012, mesmo sem contar com juízes com atuação exclusiva nas TRs.

Os membros do Comitê Institucional concordaram que o ajuste das metas proposto pela Coordenação dos JEFs deve ser mais bem discutido, uma vez que existe possibilidade para que elas sejam mais ousadas.

Assim como na Taxa de Congestionamento dos Juizados Especiais, Telma sugeriu a idéia de envolver os magistrados que atuam nas Turmas Recursais, para se definir as metas de 2013 e 2014, relacionadas a este indicador, de forma mais técnica e menos intuitiva.

Telma manifestou o entendimento de que as metas das TRs deverão ser até um pouco mais baixas do que as do 2º Grau (2013 – 45% e 2014 – 38%), por conta da maior simplicidade de

tramitação.

Destacou-se a importância de se disponibilizar os dados de desempenho do indicador para as TRs.

15. Indicador 21 - Taxa de processos antigos julgados na turma recursal – Meta: 50% - Realizado: 81,9%

Luiz apresentou os gráficos dos desempenhos das Regiões.

16. Indicador 22 – Taxa de congestionamento nas TRU – Meta 60% - Realizado: 56,4%

Luiz apresentou os gráficos dos desempenhos das Regiões. Falou sobre a situação da inconsistência dos dados das variáveis do indicador informados ao CNJ.

Os dados apresentados na reunião haviam sido corrigidos pela Coordenadoria dos Juizados Especiais, sendo feita comunicação a INFOX para proceder nova coleta das variáveis do indicador, referente aos anos anteriores, levando em consideração novos parâmetros de coleta. Quando da abertura do Sistema Justiça em Números para retificação de dados, poderemos encaminhar os dados das variáveis de forma consistente.

Telma esclareceu que os dados só são coletados corretamente, pelo sistema, caso os requisitos sejam especificados previamente pela área de negócios (Coordenadoria dos Juizados Especiais), em conjunto com o pessoal responsável pela coleta na base de dados do sistema processual.

17. Indicador 25 – Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da Justiça Federal – Meta 40% - Realizado: 7,1%

Luiz apresentou os gráficos dos desempenhos das Regiões.

Geraldo explicou que o insucesso na performance do indicador pode ser atribuído, principalmente, à tardia definição dos processos estratégicos, em virtude da conclusão dos trabalhos de revisão do Planejamento Estratégico da Justiça Federal – PEJF, aprovada pela Resolução nº 194/2012, do Conselho da Justiça Federal, unificando os planos estratégicos do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, haver ocorrido apenas no início do segundo semestre de 2012. Com isso, o único processo que se conseguiu trabalhar, já no segundo semestre, de forma sistêmica, foi a rotina “Processar Recursos Inominados”, das Turmas Recursais. Outros aspectos que podem ser acrescentados ao baixo desempenho do indicador estão relacionados com a estruturação das unidades de gerenciamento de processo, que ainda carecem de normatização e recursos (humanos e tecnológicos, essencialmente) para poderem atuar de forma minimamente aceitável, considerando suas atribuições.

Luiz informou que existe proposta em estudo no Comitê Técnico do PEJF, no sentido de se modificar o indicador para “Taxa de implementação de planos de gestão nas unidades organizacionais dos órgãos da Justiça Federal”, de modo a adequá-lo à nova descrição do objetivo estratégico “Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa”.

18. Indicador 28 – Taxa de satisfação dos magistrados com o clima organizacional – Meta 55% - Realizado: 65%

Luiz apresentou os gráficos dos desempenhos das Regiões.

19. Indicador 29 – Taxa de satisfação dos servidores com o clima organizacional – Meta

55% - Realizado: 89%

Luiz apresentou os gráficos dos desempenhos das Regiões.

20. Indicadores 31.1 – Taxa de satisfação dos magistrados com as instalações físicas e com os meios de segurança – Meta 55% - Realizado: 50% e indicador 31.2 – Taxa de satisfação dos servidores com as instalações físicas e com os meios de segurança – Meta 55% - Realizado: 100%

Luiz apresentou os gráficos dos desempenhos das Regiões.

O Comitê Institucional do TRF5 constatou que os meios de segurança foi o aspecto que mais impactou o resultado do indicador 31.1.

Aproveitando o ensejo, João Botelho informou que recentemente foi aprovada resolução que versa sobre a segurança de magistrados.

Luiz manifestou o entendimento de que talvez a atuação do pessoal da recepção do Tribunal deva ser repensada.

João Botelho destacou, inclusive, que, no STJ há diferenças nos uniformes dos servidores que atuam na área da segurança.

Todos concordaram que o sistema de segurança deve ser revisto. Os servidores e terceirizados da recepção, por exemplo, haja vista a falta de controle na entrada e saída do Tribunal, devem passar por capacitação. Destacou-se, também, a importância do monitoramento das atividades do pessoal da segurança por parte dos gestores.

João Botelho informou que iria se reunir com o Diretor da SAE para tratar sobre a matéria. Falou também que segurança é uma questão visual e de comportamento, desta forma, os crachás podem ajudar na identificação dos servidores. Portanto, o uso de tal instrumento de identificação deve ser revisto, bem como regulamentado.

Foi levantada, também, a problemática de segurança do local dos equipamentos de TI (*datacenter*).

Luiz sugeriu que seria interessante realizar sempre o levantamento dos destinos dos visitantes, no interior do Tribunal.

Levantou-se que, por questões de segurança, está havendo estudos para modificação do local do restaurante.

Sorária informou que houve problemas nas contratações dos sistemas de segurança, considerando a necessidade de integração das catracas com os softwares de cadastro de servidores. Informou, também, que tais problemas estão sendo resolvidos. A licitação está em andamento e estimou um prazo de aproximadamente um ano para resolução desses problemas. Por fim, destacou a importância de se elaborar um plano de segurança e que já estão sendo tomadas providências nesse sentido, aqui no Tribunal.

21. Projetos Estratégicos

Apresentou-se o portfólio de projetos estratégicos.

Luiz falou em aproveitar a reunião do Comitê Gestor para se promover, se for o caso, ajustes no citado portfólio.

Telma propôs a retirada do projeto nº. 2 (certidão via web), por falta de definições do CJF.

Fernanda ponderou sobre o sistema de patrimônio, sugerindo sua priorização.

Considerando o questionamento de Fernanda, Luiz sugeriu que os escopos dos projetos da 5ª Região, constantes do portfólio nacional, fossem revistos para a realização de ajustes, de modo

que passasse a contemplar o sistema de patrimônio e os demais sistemas administrativos prioritários da 5ª Região. Tais ajustes serão submetidos, oportunamente, ao Comitê Gestor do Planejamento Estratégico.

Fernanda alertou para os sérios problemas que estamos enfrentando com a definição de desenvolvimento/aquisição de sistemas administrativos. O maior desafio está nas eventuais interrupções na implantação de sistemas que passem a ser considerados incompatíveis com a superveniência da adoção de outros sistemas.

Foi informado que em reunião do Comitê Gestor ocorrida em 15/04/2013, foi formulada a idéia do Sistema de RH da Justiça Federal conhecer o sistema de Gestão de Pessoas da 4ª Região, através da direção da Secretaria de Informática do CJF. No entanto, Fernanda manifestou receio, por entender que o sistema da 4ª Região pode apresentar problemas de sustentabilidade, considerando a antiguidade do projeto e da dificuldade de suporte.

João Botelho destacou a importância de se definir, urgentemente, os rumos dos sistemas administrativos da Justiça Federal, pois entende que a 5ª Região não há mais como esperar.

Fernanda sugeriu que a solução para os sistemas administrativos seria a contratação de soluções já existentes no mercado. Além disso, deve-se aprimorar o Sistema da Segurança da Informação.

Telma salientou que não basta que os projetos e a estratégia sejam bem conduzidos. É preciso que sejam definidas estratégias de marketing das ações realizadas pela JF da 5ª Região, para que a sociedade tenha conhecimento dos serviços prestados.

Constatou-se que existem recursos, que podem ser repassados pelo CNJ, por exemplo, destinados às ações de divulgação das atividades institucionais da Justiça.

O grupo passou a discutir sobre as diversas formas de se divulgar as ações da JF5, que, por exemplo, poderiam ser desde a utilização de espaços em transportes públicos (destacado como opção mais barata) até o emprego dos meios de comunicação de massa mais conhecidos, como jornal e televisão (opções bem mais caras).

Sugeriu-se que a Comunicação Social fizesse gestão para tentar conseguir pauta na mídia televisiva, de modo a viabilizar uma maior divulgação das ações e os serviços ofertados pela Justiça Federal.

Destacou-se a importância de que seja elaborado um plano de comunicação para, além de divulgar a execução da estratégia internamente, fazer chegar à população as ações e serviços ofertados pela Justiça Federal da 5ª Região.

Segundo Fernanda, a reunião foi diferente do que sempre se espera, quando o tema é Planejamento Estratégico, pois os resultados dos indicadores proporcionaram o debate dos mais variados aspectos da gestão do Tribunal e da Justiça Federal de 1º Grau.

A reunião foi considerada por todos bastante produtiva, pois houve a possibilidade de se discutir os resultados, bem como se chegar à constatação da necessidade de se levantar ações a serem executadas por diversas áreas.

João Botelho destacou a importância das discussões nos fóruns adequados. Na ocasião, comparou o TRF 5 com o STJ. Disse que na área judiciária o Tribunal está à frente do STJ, no entanto, o mesmo não ocorre com a área administrativa. Mas tal constatação pode ser atribuída, dentre outros fatores, ao quadro reduzido de pessoal da 5ª Região, já bem defasado.

Soraria falou que, na 5ª Região, primeiro se trabalhou a área judiciária e agora é a hora de se trabalhar a área administrativa. Não foi possível se trabalhar as duas áreas ao mesmo tempo, por questões de priorização.

Próximas Ações

Responsável

Data prevista

1	Apresentar, na reunião do Comitê Gestor, os ajustes das metas, do indicador 10, definido pela Corregedoria-Regional.	Luiz Targino	03.06.2013
2	Apresentar, na reunião do Comitê Gestor, os ajustes das metas, do indicador 13, propostos pela Secretaria Judiciária.	Luiz Targino	03.06.2013
3	Apresentar, na reunião do Comitê Gestor, os ajustes das metas, do indicador 16, propostos pela Coordenação dos JEFs da 5ª Região.	Luiz Targino	03.06.2013
4	Inclusão, na pauta do encontro dos juízes, a discussão concernente a metodologia de definição de metas dos indicadores de congestionamento.	DDI/Esmafe5	A definir
5	Propor que seja ajustada a meta do indicador 19, visando exprimir o grau de cumprimento da meta 4/2010, acompanhada pelo CNJ, cujo critério considera que as instâncias colegiadas devem publicar pelo menos 90% dos acórdãos, em até dez (10) dias úteis após a sessão de julgamento.	Luiz Targino	03.06.2013
6	Propor a exclusão dos processos que são enquadrados na repercussão geral e os recursos repetitivos da base de cálculo do indicador 13.	Luiz Targino	03.06.2013
7	Apresentar, na reunião do Comitê Gestor, os ajustes das metas, do indicador 20, propostos pela Coordenação dos JEFs da 5ª Região.	Luiz Targino	03.06.2013
8	Reunião com o Diretor da SAE para tratar sobre o sistema de segurança do TRF 5	João Botelho	A definir
9	Realizar ajustes no portfólio de Projetos Estratégicos, de modo a incluir o sistema de patrimônio e demais sistemas administrativos prioritários da 5ª Região.	Escritório de Projetos e as unidades interessadas nos sistemas (SA/SMP/SP/S TI)	28.06.2013
Próxima Reunião	Data: a definir	Horário:	Local: